



VARIEDADES LINGUÍSTICAS & O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: CONTRIBUIÇÕES PARA O COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Mateus Lopes de Farias ¹

Francisco Klébio Monteiro da Silva ²

Aline de Andrade Gomes ³

Edilene Araújo dos Santos ⁴

Josiane Carla Medeiros de Sousa ⁵

Maria do Socorro de Lucena Silva ⁶

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de analisar as contribuições das variedades linguísticas para o combate ao Preconceito Linguístico no ensino da Língua Portuguesa. Este ensino ao longo dos anos se fundamentou na gramática normativa e em concepções e práticas que privilegiavam tal fundamentação como o uso de uma linguagem adequada. Sob este viés, verifica-se que o referido ensino anula o estudo da oralidade, entre outras variedades, fazendo com que fosse único. Haja vista que o referido não teria como proposta as reais situações dos cidadãos, apenas funcionava na perspectiva de definir, identificar, descrever a língua e situar os falantes mais letrados. Nesse sentido, percebe-se que o ensino de Língua portuguesa vai além de decorar regras, bem como análise sintática ou morfológica descontextualizadas. Ele se propõe em formar cidadãos competentes leitores e escritores. Sendo assim, com as variantes linguísticas, o professor de Língua Portuguesa tem aplicado um ensino voltado para a diversidade e implementado na sua prática de sala de aula, algumas ações no combate ao referido preconceito, a exemplo da consideração aos fenômenos da Língua Oral. Dessa feita, a escolha da temática se justifica num ensino da língua portuguesa variado, dinâmico, inovador e abrangente de modalidades linguísticas. Para efetivação desta abordagem, ancora-se numa revisão integrativa em que foram selecionados 6 artigos relevantes. Diante do exposto, nos fundamentamos em Marcos Bagno (1999), Mário Perini (1996), Sírio Possenti (1999), entre outros. Diante dos estudos, conclui-se que a problematização linguística abordada deriva de uma sequência de acontecimentos históricos e resulta de um ensino tradicional pautado na

1 Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Letras - UNIFIP, mateusfarias513@gmail.com;

2 Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Letras, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, monteiroklebio@gmail.com;

3 Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Letras, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, alineandrdegom3s@gmail.com;

4 Mestra em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Professora do Centro Universitário de Patos - UNIFIP, edilenesantos@fiponline.edu.br;

5 Mestra em ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Professora do Centro Universitário de Patos - UNIFIP, josianesousa@fiponline.edu.br;

6 Professora orientadora: Mestra em Formação de professores pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Professora do Centro Universitário de Patos - UNIFIP, mariasilva@fiponline.edu.br.



gramática normativa, como também se percebe que as mudanças pedagógicas em que a variação linguística é melhor trabalhada, contribuem para que os alunos dominem e conheçam as variantes e, conseqüentemente as habilidades de ler e escrever.

Palavras-chave: Modalidades Linguísticas, Diversidades Linguísticas, Língua Portuguesa, Ensino, Inclusão.

INTRODUÇÃO

As variantes linguísticas são fruto de um processo natural característico da dinamicidade existente na língua. Dessa forma, as variações linguísticas são fenômenos naturais que ocorrem devido à grande facilidade que as línguas possuem de serem dinâmicas e mutáveis, que, a partir de fatores como idade, nível de escolarização, classe social, sexo, localidade geográfica, entre outros, surgem de uma diversificação dos sistemas linguísticos relacionados com as capacidades de modificação de seus elementos: fonologia, léxico, sintaxe, morfologia etc. (RIGOTTO, 2022). Sendo assim, a língua não funciona como uma ferramenta estática, porém ela constitui-se como um instrumento flexível de modificação constante ao longo do tempo (MENIQUETI; TEIXEIRA, 2020).

Nesse viés, o português brasileiro apresenta uma variedade linguística surpreendente e extremamente diversa devido à dinâmica populacional, regional, étnica e social existente no Brasil. Seguindo essa linha, Bagno (1999) constata em seus estudos que o português brasileiro apresenta alto grau de variabilidade e caráter diverso, além disso o país reúne mais de duzentas línguas diferentes de diferentes povos.

Entretanto, apesar de tantos avanços nos estudos da língua em relação às variabilidades linguísticas no Brasil, ainda existe quem acredite e defenda a uniformidade e homogeneidade da língua, partindo de uma vertente da língua vista como “correta”, colocando esta como sendo superior às outras, o que não se confirma teoricamente (MENIQUETI; TEIXEIRA, 2020). Dessa maneira, o fato de que no mundo não existe nenhuma língua que seja homogênea já foi comprovado pela ciência linguística moderna e o monolinguismo não passa de uma ficção (BAGNO, 1999).

A respeito disso, uma simulação proposta, na qual retrata situações comuns vivenciadas no cotidiano brasileiro, foram analisadas as possibilidades de identificação social dos falantes apenas com base em sua expressão oral - a avaliação incluiu a origem geográfica, classe social e circunstância da interação dos participantes desconhecidos - para fins de entendimento sobre como se dá o contato com as variações da língua, em muitos casos. Logo,

no desenrolar dessa situação o autor destaca a ignorância e o desrespeito por parte de algumas pessoas que não entendem o processo da linguagem ou as propriedades inseparáveis da linguagem, as quais definem-se as línguas e dialetos como sendo eficientes e possuidores da própria complexidade para efetivação de suas funções e objetivos. Isso corresponde à constituição das línguas e dialetos, no exercício de suas funções, constando a inexistência de superioridade de uma variedade em relação a outra (CAMACHO; CECCANTINI; PEREIRA, 2004). Dessa forma, a não aceitação dessas diferenças linguísticas de comunicação é uma característica inseparável do preconceito linguístico (MENIQUETI; TEIXEIRA, 2020).

Nessa perspectiva, segundo as observações de Batista-santos, Menezes e Silva (2020), as mudanças dos guias educacionais como os PCNs e BNCC orientam o estudante quanto ao discurso escolhido para adequação mais coerente de acordo com a situação comunicativa, podendo, assim, atender às necessidades educacionais de equidade e qualidade, como também possibilitar uma diminuição do preconceito linguístico.

Ademais, Rique (2012) aponta em suas análises bibliográficas que a valorização da pregação sobre respeito em sala de aula é fator fundamental na construção do entendimento sobre a diversidade partindo do princípio de lecionar coerentemente os fenômenos linguísticos. Para tanto, a exigência da formação do professor para atingir essa finalidade é fundamental.

Dessa forma, Camacho, Ceccantini e Pereira (2004) destacam em suas investigações a carência por mudanças no modelo de ensino de língua materna alertando para as questões democráticas da língua nas quais a variedade padrão é dever da escola, direito do discente e que não possui necessidade de substituição.

Desse modo, diante dos prejuízos que o ensino tradicional, aquele que privilegia a variedade linguística da elite brasileira, baseado na gramática normativa e voltado para os mais favorecidos economicamente ao longo dos anos, o qual causou na sociedade brasileira ainda mais exclusão da população menos letrada, percebe-se a carência da abordagem dessa temática para contribuir nos estudos e implementação de um modelo de ensino pautado em seu uso real, mais diverso, inovador, dinâmico e inclusivo (FANTI; TEIXEIRA, 2021).

Em razão disso, este estudo objetiva analisar as contribuições das novas concepções do ensino das variedades linguísticas para o combate ao preconceito linguístico e a aprendizagem em sala aula.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através de uma revisão integrativa de literatura, de abordagem investigativa, que segundo Dorsa (2020), esse método cria uma linha de raciocínio que auxilia e guia a leitura dos pesquisadores como um fio condutor fazendo ponte entre as premissas e as conclusões. Para o desenvolvimento da pesquisa, é fundamental a definição de critérios de inclusão e exclusão ao iniciar o trabalho, uma vez que isso irá sintetizar os resultados obtidos (FERENHOF e FERNANDES, 2016).

Foi realizada uma busca por trabalhos científicos acadêmicos, na plataforma do Google Acadêmico no período de setembro a novembro de 2022, utilizando os descritores a seguir: modalidades linguísticas, variedades linguísticas, língua Portuguesa, preconceito linguístico, ensino inclusivo. Além disso, critérios de inclusão e exclusão foram estabelecidos.

Foram determinados como critérios de inclusão a compatibilidade entre os descritores e os objetivos deste estudo, desse modo, foram incluídos todos os artigos que faziam uma abordagem do ensino histórico e metodológico de língua portuguesa no Brasil. Já os critérios de exclusão, tiveram como ponto principal a exclusão dos trabalhos que fugissem dessa abordagem temática ou que não estivessem disponíveis para visualização do conteúdo do texto completo. Após a revisão foram selecionados 6 artigos relevantes.

Os trabalhos escolhidos passaram pelo método de análise de conteúdo. Este método consiste em analisar as comunicações para compreensão de sentidos e significados a fim de obter entendimento sobre os processos sistemáticos do conteúdo, envolvidos no processo de produção/recepção desse conteúdo e as condições para essa produção/recepção (CARDOSO, 2021).

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender o cerne desse preconceito é necessário entender primeiro o percurso do ensino de Língua Portuguesa no Brasil a partir de sua democratização e suas implicações na história do preconceito linguístico. Nessa perspectiva, a origem do português brasileiro deriva do contato entre as línguas indígenas e a língua portuguesa falada em Portugal, consequência da colonização portuguesa com ocorrência inicial no começo do século XVI. Entretanto, na segunda metade do século XVIII, Marquês de Pombal, ministro português da época, resolveu proibir o uso de qualquer língua que não fosse a portuguesa e instituiu o seu



ensino como obrigatório no Brasil (com o intuito de combater o português popular nascido dessa interação entre línguas). No entanto, apenas no século XX o processo de democratização da escola foi inicializado abrindo espaço para estudantes menos favorecidos economicamente (FANTI; TEIXEIRA, 2021). Essa expansão do acesso escolar derivou-se das diretrizes impostas durante a ditadura militar, cujo início se deu em 1964 e tinha como objetivo alcançar o mínimo de escolaridade para que o Brasil se inserisse como “potência”, de acordo com as propagandas veiculadas nas mídias controladas pela ditadura (BITTAR; BITTAR, 2012).

Outrossim, o encontro dessas classes menos favorecidas economicamente com a elite brasileira da época tem como saldo uma confusão relacionada ao uso diferente da língua pelos estudantes que pertenciam às classes sociais menos favorecidas (FANTI; TEIXEIRA, 2021). Desse modo, com o ensino de língua portuguesa marcado pelo ensino da norma-padrão de Portugal (VIEIRA, 2018), onde os discentes pertencentes à elite, devido à facilidade de acesso que tinham à educação, utilizavam a comunicação oral mais aproximada dessa norma padrão. Por conseguinte, os falantes menos favorecidos pelo sistema econômico traziam consigo uma variedade linguística diferente da idealizada pela escola (SILVA; CYRANKA, 2009). Prova disso são as suposições de Marcos Bagno baseadas em pesquisas sociolinguísticas, já que as quais concluem que “pessoas de classes mais letradas de qualquer lugar dominam melhor as formas prestigiadas do que as pessoas das classes menos letradas de qualquer lugar” (BAGNO, 1999). Dessa maneira, surge o preconceito linguístico, que é, antes de tudo, um preconceito social.

Em vista disso, mesmo diante dessa diversificação linguística o ensino de língua portuguesa por muito tempo adotou como modelo padrão o ensino da gramática normativa e abordava tópicos de forma descontextualizada (BATISTA-SANTOS; SANTOS, 2019). Desse jeito, priorizar a norma-padrão, norma-padrão é entendido como uma forma idealizada de língua, ligada aos princípios gramaticais Faraco (2008), da língua e estabelecer de forma equivocada ideias de “certo” e “errado” eram algumas das consequências do modelo antigo de ensino (BATISTA-SANTOS; MENEZES; DA SILVA, 2020). Porém, como caminho para combater essa ideia de ensino descontextualizado, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, criados em 1997, utilizaram fatos e conceitos da sociolinguística e Linguística Aplicada apontando para a necessidade de olhar para questões de natureza social no contexto da linguagem por parte dos estudantes/falantes em suas formas dinâmicas e diversas considerando sua natureza mutável e utilização da linguagem em sala de aula envolvendo



problemáticas inseridas em situações reais de uso (BATISTA-SANTOS; MENEZES; DA SILVA, 2020). Alinhado a esses parâmetros, outro documento importante é a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017/2018), o qual põe em evidência a urgência de trabalhar temas transversais e considerar os fatores sociais relacionados ao ensino da língua (BATISTA-SANTOS; MENEZES; DA SILVA, 2020).

Em seguida, o ensino atual traz a abordagem das variantes linguísticas baseada nos estudos científicos os quais provam que nenhuma língua no mundo é homogênea e defende que o uso adequado à situação comunicativa diz respeito ao bom uso da língua. Dessa maneira, este modelo novo de ensino considera a realidade do educando quando trabalha as variantes linguísticas de acordo com sua relevância situacional do cotidiano estudantil. Nessa perspectiva, os professores seguem as orientações da BNCC, onde a pauta sobre usos corretos e incorretos não existem, pois o estudo da oralidade e das variações linguísticas estão inseridas com objetivo de juntar seu contexto de produção à diversificação dos trabalhos em sala de aula (FANTI; TEIXEIRA, 2021).

Conforme Rique (2012) não existe variante mais correta ou menos correta. Todas as variantes atendem aos objetivos e necessidades dos falantes de uma comunidade. O mesmo autor identifica o preconceito linguístico no Brasil como sendo uma consequência da carência existente com relação ao conhecimento sobre a diversidade e confirma o poder que a escola tem de transformar esse preconceito em respeito aos fenômenos linguísticos. Desse modo, ainda de acordo com o autor, é indispensável a formação continuada de professores acerca da importância desse trabalho com as diversidades linguísticas em sala de aula.

Em virtude disso, Fanti e Teixeira (2021) em seus estudos observaram como as variantes linguísticas passaram a ser introduzidas em sala de aula diante de um contexto de uso da língua a partir de um “contexto histórico-social conservador, elitista e excludente”. Em razão disso, o sistema de ensino mudou sua forma de tratamento dessas variantes, mas de acordo com as mesmas observações ele ainda continua reproduzindo um ensino voltado para a elite, conseqüentemente, colocando em evidência a continuação da exclusão dos menos favorecidos socioeconomicamente.

Dessa forma, nos fundamentamos em estudos que trouxessem análises históricas, sociais e linguísticas para maior entendimento das etapas do processo educativo que resultaram no modelo atual de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os trabalhos analisados e escolhidos mediante os critérios de inclusão, o ensino da Língua Portuguesa deve seguir os caminhos indicados pela BNCC que se dá de forma diversa, dinâmica, inovadora e prioriza a valorização linguística existente em todo o território nacional. Isso contribui para uma concepção de língua heterogênea e favorece significativamente o processo de conscientização e erradicação do preconceito linguístico. Para melhor compreender a sequência de estudos analisados estes trabalhos foram reunidos no Quadro 1, onde foram expostas as características gerais de cada produção acadêmica. Vale ressaltar que todos são direcionados para o campo de estudos da Educação Linguística, em que as variações linguísticas e o ensino da Língua Portuguesa são os pontos principais abordados.

Quadro 1: Sintetização dos escritos acadêmicos selecionados, encontrados na base de dados do Google Acadêmico.

Título: Norma culta e variedades linguísticas.

Autores: CAMACHO, Roberto Gomes; CECCANTINI, JLCT; PEREIRA, R. F.

Objetivo: Identificar reflexões sobre a norma prestigiada e da sociolinguística.

Ano: 2004.

Tipo: Artigo científico.

Título: Ensino de Língua Portuguesa no Brasil e o trabalho com as variantes linguísticas em sala de aula.

Autores: FANTI, Mara Rubia; TEIXEIRA, Gabriella Moura.

Objetivo: Identificar os caminhos para a reflexão sobre a abordagem das variantes a partir do histórico do ensino da Língua Portuguesa no Brasil.

Ano: 2021.

Tipo: Artigo científico.

Título: Variação linguística e BNCC: um olhar para o ensino médio.

Autores: BATISTA-SANTOS, Dalve Oliveira; MENEZES, Bruna Lorryanne Dias; DA SILVA, Greize Alves.

Objetivo: Analisar como a BNCC orienta a abordagem das variações linguísticas em sala de aula.

Ano: 2020.

Tipo: Artigo científico.
Título: Preconceito Linguístico: sociedade, escola e o ensino de Português. Autores: RIQUE, Itamara Jamilly Cavalcante. Objetivo: Compreender as variedades linguísticas e como se dá o processo de conscientização a fim de obter a erradicação do preconceito linguístico. Ano: 2012. Tipo: Artigo científico.
Título: A variação Linguística e o ensino da Língua Portuguesa. Autores: MENIQUETI, Heloise Raquel; TEIXEIRA, Maria Cláudia. Objetivo: Evidenciar a importância da adoção de uma postura adequada do professor quanto às diversas variações existentes e o ensino. Ano: 2020. Tipo: TCC.

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o Quadro 1, observa-se que os trabalhos revisados, em sua maioria, são artigos científicos, ele também indica que um trabalho de conclusão de curso foi encontrado, contudo não foram identificados trabalhos de dissertações e teses nessa área acessíveis no Google Acadêmico.

É válido considerar, antes de tudo, as contribuições da sociolinguística para esse estudo. Camacho (2004) constatou, partindo de fatos do cotidiano, que é perfeitamente possível identificar características dos sujeitos de um discurso, apenas analisando sua expressão verbal em uma situação de interação. Dessa maneira, ele tomou como base fatos de que “toda língua varia”, ou seja, não existe nenhuma comunidade no mundo que fale da mesma maneira. Ademais, ele ancorou-se no conceito de que as circunstâncias de comunicação, origem geográfica e classe social do falante reflete diretamente na língua, ocasionando, assim, o fenômeno natural da variação linguística.

Do ponto de vista histórico, o ensino tradicional de língua justifica-se pelo fato de que a escola só foi acessível para a elite brasileira. Desse modo, durante muito tempo no período colonial a escola tinha como referência o modelo de ensino educacional existente em Portugal. Depreende-se que, a partir da análise desse cenário, é possível compreender que a prática de ensino, no Brasil, era a norma-padrão já era utilizada pela elite da época e distanciava-se da realidade linguística usada pela classe operária que só passou a comparecer no ambiente escolar em meados século XX (FANTI; TEIXEIRA, 2021).



A respeito disso, Rique (2012) afirma que esse ensino tradicional está fundamentado na gramática normativa e em todos esses estigmas históricos sobre o uso da linguagem, onde predomina o desprezo dos fenômenos da língua oral e a imposição do domínio da norma culta como sendo a verdadeira forma de escrever e falar. Entretanto, Faraco (2008) esclarece que a norma culta é extraída do uso real para servir apenas de referência, um modelo a mais como tentativa de uniformização da língua. Ainda de acordo com esse autor, o prestígio atribuído a essa norma é explicado no fato de sua realização acontecer no âmbito da escrita, o que conduz os usuários desse sistema linguístico a uma ideia equivocada de superioridade dessa norma com relação às demais.

Nesse sentido, Antunes (2007) chama atenção para a utilização do vocábulo específico “culto” como sendo este um termo discriminatório, uma vez que sugere conotativamente que os demais usos linguísticos são incultos. A esse respeito, Possenti (1996) diz que existe diferença entre diferença linguística e erro linguístico. O mesmo refere-se às diferenças linguísticas apenas como construções ou formatos que divergem de um certo modelo e que os erros são construções linguísticas que não se encaixam em variedade alguma de uma língua.

Conforme Perini (1999) a consciência do conceito sobre as variações linguísticas por parte do indivíduo daria condições para o entendimento racional dos diversos papéis sociais e linguísticos exercidos por cada pessoa de uma sociedade. O autor ainda defende a ideia de que a escola tem o objetivo de formar o cidadão habilitando-o ao reconhecimento da diversidade linguística e práticas de linguagem.

Acerca disso, Meniqueti e Teixeira (2020) indica a necessidade de proporcionar metodologias voltadas para a leitura e escrita, onde os gêneros trabalhados sejam os que fazem parte do cotidiano da sociedade. Em vista disso, a autora também aponta para a efetivação desse processo a partir da concepção adequada do professor, bem como a necessidade de abordar as variantes de forma ideal, favorecendo, assim, a formação de cidadãos críticos, conscientes e dotados linguisticamente.

Além disso, o principal guia educacional atualizado BNCC segundo Batista-santos, Menezes e Silva (2020) orienta que as aulas de Língua Portuguesa do Ensino Médio sejam ministradas objetivando a abordagem das variações linguísticas existentes em comunidades linguísticas distintas. Dessa forma, a BNCC funciona como documento norteador da prática docente e proporciona a reflexão sobre a linguagem, o discurso e as situações comunicativas, tudo isso de forma inclusiva, estimulando, portanto, diante das



diversas práticas de letramento, a aprendizagem do estudante (MENIQUETI; TEIXEIRA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi evidenciado, constata-se que o ensino da Língua Portuguesa, desde o período do Brasil-colônia, adotou uma concepção excludente e aristocrática, já que favorece a variante linguística característica da elite brasileira.

Dito de outra forma, o ensino da Língua Portuguesa considerava essa variante como a correta, onde as metodologias de ensino de língua eram ultrapassadas e se baseavam apenas na gramática normativa, uma vez que valorizavam erros e acertos ao contrário de considerar as demais variantes existentes na sociedade brasileira.

No entanto, de acordo com a realidade das teorias linguísticas mais atuais, percebe-se que o ensino da Língua Portuguesa deve ser dinâmico, inovador e abrangente de variantes linguísticas.

Ademais, com relação ao processo educativo desenvolvido em sala de aula, os professores possuem atualmente teorias linguísticas atualizadas e disponíveis que se conectam à realidade de uso da língua de diversos usuários.

Além disso, a BNCC e os PCNs são documentos que auxiliam nesse processo com função de orientar e nortear as atividades a serem desenvolvidas, dessa maneira, a BNCC orienta em seu texto que as aulas de Língua Portuguesa do Ensino Médio sejam ministradas com a intenção de abordar as variações linguísticas existentes em todas as sociedades linguísticas. Desse modo, o estudante aprenderá a adequar seu discurso a diferentes situações comunicativas, adotando sempre o respeito à diversidade linguística como referência para uma comunicação sem discriminação ou preconceitos, e irá adquirir, assim, consciência de que não deve alimentar o preconceito linguístico.

Nessa perspectiva, fica claro, portanto, a importância do posicionamento correto do professor em relação à abordagem adequada das variações linguísticas pautada em seu uso real e interligada ao ensino da Língua Portuguesa, visto que isso proporcionará ao educando a compreensão ideal sobre o funcionamento das diversas maneiras de expressão da linguagem.

Diante do exposto, é notório que a própria inserção do trabalho com as variações linguísticas em sala de aula é o caminho mais eficaz para o combate ao preconceito linguístico, como também se percebe que as alterações pedagógicas em que a variação linguística é abordada adequadamente, contribuem para que os educandos tenham domínio e



conhecimento sobre as variantes e, como consequência disso, podemos observar melhorias nas habilidades de ler e escrever.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. Preconceito lingüístico: o que é, como se faz. Edições Loyola, São Paulo, 1999.
- PERINI, Mário A. Gramática Descritiva do Português. São Paulo: Ática, 1999.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. *Interações (Campo Grande)* [online]. 2020, v. 21, n. 4 [Acessado 19 outubro 2022], pp. 681-683. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/inter.v21i4.3203>>. Epub 14 Dez 2020. ISSN 1984-042X. <https://doi.org/10.20435/inter.v21i4.3203>.
- FERENHOF, Helio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. *Revista ACB*, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.
- CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 43, 2021.
- CAMACHO, Roberto Gomes; CECCANTINI, JLCT; PEREIRA, R. F. Norma culta e variedades linguísticas. *Cadernos de formação: Língua portuguesa*, p. 47-60, 2004.
- MENIQUETI, Heloise Raquel; TEIXEIRA, Maria Cláudia. a variação linguística e o ensino da língua portuguesa, p. 1-15, 2020.
- BATISTA-SANTOS, Dalve Oliveira; MENEZES, Bruna Lorryanne Dias; DA SILVA, Greize Alves. variação linguística e bncc: um olhar para o ensino médio. *Porto Das Letras*, v. 6, n. 3, p. 316-336, 2020.
- RIQUE, Itamara Jamilly Cavalcante. Preconceito linguístico: sociedade, escola e o ensino de português. Guarabira: UEPB, 2012.
- FANTI, Mara Rubia; TEIXEIRA, Gabriella Moura. ensino de língua portuguesa no brasil e o trabalho com as variedades linguísticas em sala de aula. *VERBUM. CADERNOS DE PÓSGRADUAÇÃO*. ISSN 2316-3267, v. 10, n. 1, p. 38-50, 2021.
- COSTA, Vera Lúcia Anunciação A importância do conhecimento da variação lingüística. *Educar em Revista* [online]. 1996, n. 12 [Acessado 26 Outubro 2022] , pp. 51-60. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.157>>. Epub 06 Mar 2015. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.157>.
- BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. *Acta Scientiarum. Education*, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012.
- SILVA, V.S. CYRANKA, L.F. de M. A língua portuguesa na escola ontem e hoje. *Linhas Críticas*, v. 15, n. 29, 2009, p. 271-287.
- VIEIRA, F.E. Abordagem “científica” e gramatização brasileira. In: *A Gramática Tradicional –História Crítica*. São Paulo: Parábola, 2018, p. 145-167.
- FARACO, C.A. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BATISTA-SANTOS, D. O; SANTOS, D. F. dos. O ensino de língua portuguesa na perspectiva do professor: que gramática devemos ensinar? *Eutomia*, Recife, 23(1): 45-68, jul. 2019.
- ANTUNES, I. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.



RIGONATTO, Mariana. “O que é variação linguística?”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/portugues/o-que-e-variacao-linguistica.htm>. Acesso em 26 de outubro de 2022.